



Anais da Assembléia

Nº 187

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Benato - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albano Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jovelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kelsse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cato Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidetazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Teti Colaço, Valdir Rossoni e Waimor Trentini (53). - Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 084/95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva instituir, nas condições e para os fins que especifica, o "Regime Simplificado de Microempresa", previsto pelo artigo 179, da Magna Carta da Nação.

O Plano de Lei Complementar em referência consulta aos superiores interesses do Estado, tendo em vista que virá possibilitar às microempresas melhores e mais adequadas condições para ampliação de suas atividades, mediante estímulos do poder público em níveis suportáveis e devidamente equacionados para as partes envolvidas, como sejam, as Microempresas, o Poder Público e a Comunidade.

O adiante transcrito ofício nº 673/95, a mim dirigido pelo Senhor Secretário da Fazenda, diz, com todo detalhamento possível, sobre a oportunidade e alto significado de que se reveste a medida:

Segue, em anexo, Anteprojeto de Lei Complementar que institui "Regime Simplificado de Microempresa" e revoga a Lei Complementar nº 58, de 16 de julho de 1991, que autorizou o Poder Executivo a instituir o "Regime Fiscal de Microempresas".

O "Regime Fiscal de Microempresa" instituído neste Estado, através da Lei Complementar nº 58, de 16 de julho de 1991, atualmente está acarretando perda de receita superior a cinco por cento da receita tributária do Estado, mais precisamente, 11,28%, conforme cálculos realizados pela Secretaria da Fazenda, Anexo I, e, portanto, passível de limitação ou revogação na inteligência do seu art. 9º que estabelece: "O Poder Executivo reavaliará de seis em seis meses os incentivos fiscais desta Lei, podendo limitá-los ou revogá-los se ultrapassarem a cinco por cento da receita tributária do Estado".

O regime em vigor, em face do seu balizamento pelo valor das aquisições de mercadorias e serviços, exerce pressão contrariamente a quaisquer esforços de incentivos à emissão de notas fiscais por parte dos fornecedores; ademais, permite o enquadramento de empresas de médio e grande porte, em virtude da exclusão do limite dos valores de aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária ou, daquelas cujas saldas subseqüentes devam ocorrer sem débito do imposto, usufruindo, assim, de desoneração integral de seu movimento econômico.

Assim, para atender ao que preceitua o artigo 9º da citada Lei Complementar, à premente necessidade de saneamento dos problemas explicitados e dar atendimento às reivindicações de melhoria salarial do funcionalismo público estadual às demandas sociais, aos programas de Governo, à necessidade de recursos financeiros das Prefeituras Municipais, que são parceiras do Estado na arrecadação do ICMS, e, também, suporte à campanha Cidadão Nota 10, é que se encaminha o presente Anteprojeto de Lei Complementar, revogando o regime fiscal de microempresas e propõe, a instituição de novo regime compatível com a realidade atual do nosso Estado.

O Anteprojeto de lei Complementar que institui o Regime Simplificado de Microempresa, proposto com base no artigo 179 da Constituição Federal:

- a) amplia o limite de receita bruta para o enquadramento;
- b) é o opcional para os contribuintes;
- c) mantém todas as simplificações do regime de microempresa, no que pertine às obrigações acessórias;
- d) exige uma pequena parcela de recolhimento de ICMS; sendo que, para facilitar o pagamento do tributo, será remetida, para o endereço do contribuinte, guia de recolhimento pré-impressa, bastando para este apenas preenchimento do valor do ICMS e o seu pagamento em qualquer agência do Banco do Estado do Paraná;
- e) modifica o critério de enquadramento (substituindo o valor das entradas pelo das saídas, com base na receita bruta anual).

Para facilitar a visualização das vantagens do novo regime fiscal instituído estamos juntando ao presente quadro comparativo dos regimes, Anexo II.

ANEXO I		
CÁLCULO DAS DESPESAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO DE UMA MICROEMPRESA		
DESPESAS MENSAS	Em R\$	Em UPF
1.0 ALUGUEL Valor mínimo que se paga pela locação de um estabelecimento comercial, pequeno, na periferia.	150,00	6,43
2.0 SERVIÇOS CONTÁBEIS O custo mínimo de honorários de contador, para empresas sem empregados.	100,00	4,28
3.0 ENERGIA ELÉTRICA Gasto mínimo mensal de um estabelecimento comercial.	45,00	1,93
4.0 TELEFONE Gasto mínimo mensal.	40,00	1,71
5.0 AGUA Gasto mínimo mensal.	20,00	0,86
6.0 PRO-LABORE Retirada mínima p/ manutenção da família.	500,00	21,42
7.0 ENCARGOS SOCIAIS S/PRO-LABORE 10% s/o valor declarado, que em geral é o de 1 salário mínimo (R\$ 100,00 x 10%)	10,00	0,43
8.0 MATERIAL DE CONSUMO Gasto com materiais de limpeza e de consumo do estabelecimento.	25,00	1,07
9.0 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 1% sobre o faturamento. Estimamos um faturamento de: Limite atual p/entradas + 30% de margem de lucro. Temos: 1.547 UPF x 1,3 = 2.011,10 UPF x 23,34 = 46.939,07 : 12 = 3.911,59. Temos: 3.911,59 x 1% =	39,11	1,67
10.0 COFINS 2% sobre o faturamento. Conforme o cálculo efetuado no item anterior, temos: 3.911,59 x 2% =	78,22	3,34
11.0 FRETE Despesas com frete na aquisição de mercadorias. Estimado em 2% sobre o valor das compras. Temos: 1.547 UPF : 12 x 23,34 = 3.008,91 x 2% = 60,18	60,18	2,58
DESPESAS MÍNIMAS MENSAS	1.067,51	45,72
DESPESAS MÍNIMAS ANUAIS	12.810,12	548,64

Valor da UPF para julho/95 = R\$ 23,34.

Valor da UFIR para julho/95 = R\$ 0,7564

RECEITA TOTAL DO ESTADO	
Receita projetada p/julho/95 =	R\$ 158.961.755,04
Temos: R\$ 158.961.755,04 : 23,34 =	6.810.700 UPF
6.810.700 x 12 meses =	81.728.408 UPF
MICROEMPRESAS	
Microempresas existentes em 31.07.95 =	98.894
DESPESAS MÍNIMAS DA MICROEMPRESA	
Conforme Anexo I	548,64 UPF
CÁLCULO DA PERDA DE RECEITA	
548,64 x 17% =	93,27 UPF
98.894 x 93,27 =	9.223.843 UPF
Perda anual em relação receita tributária do Estado (9.223.843/81.728.408)	11,28%

ANEXO II

QUADRO COMPARATIVO	
REGIME MICROEMPRESA	REGIME SIMPLIFICADO DE MICROEMPRESA
01 - Enquadramento pelas ENTRADAS Motiva o microempresário a NÃO solicitar a NOTA FISCAL para não correr o risco de desenquadramento.	01 - Enquadramento pelas SAÍDAS O enquadramento pelas saídas é um modelo consagrado, inclusive pela Legislação Federal e atende aos requisitos básicos da própria Legislação do ICMS, pois o fato gerador é a saída da mercadoria.
02 - Em decorrência do critério acima, há um crescente número de empresas de porte incompatível sendo enquadradas no regime, sem nenhuma contribuição de recolhimento de imposto.	02 - A adoção deste critério direciona o controle para as saídas das mercadorias, restando facilitado o trabalho fiscal em virtude da campanha "Cidadão Nota 10", que estimula a emissão de notas fiscais.
03 - O teto fixado de 1.547 Unidades Padrão Fiscal do Paraná (equivalente a R\$ 36.106,98), por ano, por ser muito reduzido, desestimula o microempresário a solicitar a nota fiscal de aquisição para poder manter-se, artificialmente, no regime.	03 - O novo teto para enquadramento será fixado em R\$ 96.000,00, por ano, o que representa mais de duas vezes o limite anterior, possibilitando um enquadramento real sem margens a artifícios.
04 - O regime atual, desobriga a apuração do faturamento através das notas fiscais de saída o que vem comprometer diretamente a campanha "CIDADÃO NOTA 10", que visa fundamentalmente o estímulo à emissão de nota fiscal.	04 - Embora no critério proposto diminua acentuadamente a renúncia fiscal, ele contempla a justiça fiscal.
05 - 56% dos contribuintes cadastrados no Estado estão isentos de qualquer pagamento do imposto.	05 - O regime proposto estimula a economia formal, proporcionando uma concorrência sadia entre as empresas.
06 - O atual regime proporciona concorrência desleal entre as empresas que estão contempladas indevidamente, e as que cumprem suas obrigações tributárias corretamente, estimulando estas a adotarem o mesmo procedimento ilícito daquelas.	06 - O novo sistema não cria nenhuma burocracia adicional ao contribuinte, tendo em vista os procedimentos simplificados de apuração e pagamento do imposto.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Regime Simplificado de Microempresa, com base no artigo 179 da Constituição Federal, observados os limites e condições desta lei.

CAPÍTULO II DO ENQUADRAMENTO

Art. 2º - Poderá ser enquadrada no regime de que trata o artigo anterior a empresa que tiver receita bruta anual não superior a R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

§ 1º - Entende-se por receita bruta, para fins de enquadramento, o valor total das saídas dos estabelecimentos da empresa.

§ 2º - O enquadramento neste regime será realizado de ofício ou a requerimento expresso do contribuinte, sendo que este poderá optar pelo regime normal de apuração e pagamento do ICMS.

§ 3º - A empresa que ultrapassar o limite de receita bruta previsto neste artigo estará excluída do regime, a partir do primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, devendo comunicar o fato à repartição fazendária competente.

Art. 3º - Será desenquadrada do Regime Simplificado a empresa:

I - que não preencher os requisitos mencionados nesta lei;

II - incluída com base em informações irreais;

III - que ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades.

Art. 4º - Não será enquadrada no Regime Simplificado a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações, cooperativa, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior.

II - que realize operações relativas a:

a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

b) produção, extração ou exportação de produtos primários;

III - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de cinco por cento do capital de outra empresa;

V - constituída por mais de dois estabelecimentos;

VI - eleita substituto tributário;

VII - do comércio atacadista.

CAPÍTULO III DA APURAÇÃO E PAGAMENTO DO ICMS

Art. 5º - O contribuinte enquadrado no Regime Simplificado deverá, mensalmente, apurar o montante do ICMS a recolher, mediante a utilização da seguinte Tabela de Apuração do ICMS:

TABELA DE APURAÇÃO DO ICMS		
Faixas	Receita Mensal Tributável (Em R\$)	ICMS a Pagar (Em R\$)
I	até 2.500,00	40,00
II	acima de 2.500,00 até 3.000,00	51,00
III	acima de 3.000,00 até 3.500,00	63,00
IV	acima de 3.500,00 até 4.000,00	76,00
V	acima de 4.000,00 até 4.500,00	90,00
VI	acima de 4.500,00 até 5.000,00	105,00
VII	acima de 5.000,00 até 5.500,00	121,00
VIII	acima de 5.500,00 até 6.000,00	138,00
IX	acima de 6.000,00 até 6.500,00	156,00
X	acima de 6.500,00 até 7.000,00	175,00
XI	acima de 7.000,00 até 7.500,00	195,00
XII	acima de 7.500,00 até 8.000,00	216,00

§ 1º - Para a obtenção da "Receita Mensal Tributável", será deduzido do valor total das saídas o montante das devoluções, das operações com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do ICMS, relativo a mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária e, das saídas com destaque e pagamento de ICMS.

§ 2º - Fica vedada a apropriação de crédito fiscal, ressalvada a hipótese do art. 6º desta Lei.

Art. 6º - O contribuinte enquadrado no Regime Simplificado poderá promover operação com destaque do ICMS na nota fiscal, desde que efetue o recolhimento do imposto.

Parágrafo Único - O valor do imposto a ser recolhido deverá ser demonstrado, em cada operação, ficando facultado ao contribuinte, em substituição à utilização

dos créditos do ICMS das operações e prestações anteriores, proporcionalmente às quantidades de mercadorias saídas com débito, estimar o mesmo em 70% do valor do imposto debitado.

Art. 7º - O contribuinte enquadrado no regime de que trata esta Lei é responsável pelo pagamento do imposto relativamente:

I - à aquisição de mercadorias e serviços de contribuinte não inscrito no cadastro de contribuintes do Estado;

II - relativo à aquisição, em operação interestadual, de bens e serviços destinados ao uso e consumo.

Art. 8º - O recolhimento do ICMS apurado deverá ser efetuado na forma e no prazo estabelecido em decreto.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar, para vigorar a partir do mês de janeiro de cada ano, os valores expressos em reais nesta Lei, mediante a utilização de Índice ou fator que preserve adequadamente o valor da moeda.

Art. 10 - Aplicam-se à empresa enquadrada no Regime Simplificado, no que couber, as disposições da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 11 - O Poder Executivo implantará através de decreto o regime de que trata esta Lei.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Complementar nº 58, de 16 de julho de 1991.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS:

Sob o nº CTL/SEEG/336/96, da Senhora Governadora do Estado em exercício, comunicando haver Vetado integralmente o Projeto de Lei nº 050/96, de autoria do Deputado Albaror Gomes, por julgá-lo contrário ao interesse público, pois a pretendida doação não poderá efetivar-se tendo em vista que a questionada motoniveladora é absolutamente indispensável, porque será utilizada na execução do Programa "Paraná 12 Meses", assim como em outras atividades ligadas a obras rodoviárias do Estado. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/337/96, da Senhora Governadora do Estado em exercício, comunicando haver Vetado integralmente o Projeto de Lei nº 121/96, de autoria do Deputado Cesar Seleme, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/358/96, da Senhora Governadora do Estado em exercício, restituindo a este Poder, o Projeto de Lei nº 365/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/338 a 358/96, da Senhora Governadora do Estado em exercício, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

270/96: de autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Moradias Augusta, com sede e foro nesta Capital, qual convertido em Lei tomou o nº 11.600. **Anote-se - Arquivo-se.**

296/96: de autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Silvio Vidal, Ensino de Primeiro e Segundo Grau, com sede e foro no Município de Paranaíba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.601. **Anote-se - Arquivo-se.**

316/96: de autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública estadual a Fundação Hildebrando de Araújo, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.602. **Anote-se - Arquivo-se.**

343/96: de autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação Entre Amigos do Conjunto Camponesa, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.603. **Anote-se - Arquivo-se.**

391/95: de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação

dos Mutuários da Habitação de Ponta Grossa e Região, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.604. **Anote-se - Arquivo-se.**

408/96: de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Santa Felicidade - Ensino de 1º grau - APM, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.605. **Anote-se - Arquivo-se.**

436/96: de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Creche Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.606. **Anote-se - Arquivo-se.**

458/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 8.380.000,00 (oito milhões, trezentos e oitenta mil reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.607. **Anote-se - Arquivo-se.**

459/96: Do Poder Executivo que, aprova ajuste no valor de R\$ 539.000,00 (quinhentos e trinta e nove mil reais), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.608. **Anote-se - Arquivo-se.**

473/96: Do Poder Executivo que, aprova ajuste no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), no Programa de Obras - Anexo VI, do Orçamento Geral do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.609. **Anote-se - Arquivo-se.**

021/96: de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Casa do Menor Irmãos Cavanis, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.610. **Anote-se - Arquivo-se.**

232/96: de autoria do Deputado Luiz Accorsi que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.611. **Anote-se - Arquivo-se.**

233/96: de autoria do Deputado Durval Amaral que, declara de Utilidade Pública a Creche Municipal Nossa Senhora do Rocio, com sede e foro no Município de Tapira, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.612. **Anote-se - Arquivo-se.**

240/96: de autoria do Deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Mário Pinheiro da Costa, com sede e foro na cidade de Barbosa Ferraz, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.613. **Anote-se - Arquivo-se.**

336/96: de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que, declara de Utilidade Pública o Instituto Ciência e Fé, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.614. **Anote-se - Arquivo-se.**

376/96: de autoria do Deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Fundação INEPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.615. **Anote-se - Arquivo-se.**

369/96: de autoria do Deputado Remy Borsatto que, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Cultural, Desportos, Turismo e Pesquisa Científica - ADECTUR, com sede e foro na Comarca de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.616. **Anote-se - Arquivo-se.**

372/96: de autoria do Deputado Remy Borsatto que, declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, Ação Social de Céu Azul, com sede e foro na cidade de Céu Azul, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.617. **Anote-se - Arquivo-se.**

375/96: de autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública o Centro Internacional de

Tecnologia de Software - CITS, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.618. **Anote-se - Arquite-se.**

430/96: de autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de São João do Triunfo, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.619. **Anote-se - Arquite-se.**

093/96: de autoria do Deputado Eduardo Trevisan que, autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Comêlio Procópio, objetivando a pavimentação do Conjunto Residencial Fortunato Sibim no referido Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.620. **Anote-se - Arquite-se.**

FAX:

Do Senhor Mário Sérgio Júlio Cerci - Diretor Geral do Hospital de Clínicas, comunicando que está a disposição desta Assembléia Legislativa, no dia 03/12/96 às 14:30 horas, para prestar esclarecimentos necessários sobre "custeio de transplantes de medula óssea", conforme o solicitado pelo Deputado Emerson Nerone. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 509/96, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a doação de uma motoniveladora, marca caterpillar, código 3MN386 - modelo 120-B, série 32C01607, ano de fabricação, 1986, para o Município de Rio Azul, o qual já se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 511/96, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a doação de uma Pá Carregadeira Michigan 55C, articulada, série 4247 C/163 BRC motor a diesel, ano de fabricação, 1986, para a Prefeitura Municipal de Palmeira, o qual já se encontra em Regime de Urgência

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 476/96, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O autor do Projeto de Lei em questão, necessita realizar estudos sobre a propositura do mesmo, por isso, solicita a sua retirada por 10 sessões.

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário retirada por três sessões do item 02, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 261/96, de autoria do De-

putado Luiz Carlos Martins, constante da Ordem do Dia da presente sessão. (02/12).

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a Convocação do Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para comparecer a esta Casa a fim de prestar esclarecimentos sobre os projetos do Governo do Estado para as Instituições de Ensino Superior Estaduais, especialmente os docentes e servidores, financiamento das atividades universitárias, entre outros.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Há anos as nossas Instituições de Ensino Superior Estaduais discutem projetos de autonomia financeira e administrativa, plano de cargos e salários para os seus docentes e servidores e financiamento das suas atividades, existindo já várias propostas das Direções das IES e das Associações de Docentes e Servidores.

Consta que o Governo do Estado mantém uma Comissão analisando e propondo alternativas para essas questões. O Senhor Secretário Chefe da Casa Civil confirma esses estudos conforme notícia publicada no jornal o Estado do Paraná desta data.

Além disso está circulando uma minuta de projeto de lei, cuja autoria é atribuída ao Governo do Estado, propondo transformar as IES em Agências Sociais Autônomas, com graves implicações às Instituições, seus docentes e servidores.

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de convite para o Dr. Ingo Hubert, M.D. presidente da COPEL, para que ele venha à Assembléia Legislativa, na condição de "convidado", dar alguns esclarecimentos sobre as obras que serão iniciadas no Rio Tibagi na região Norte do Estado. O interesse maior é com relação às hidrelétricas de Jataizinho e Cebolão, razão do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Com este convite ao Dr. Ingo Hubert, que tão bem tem conduzido a COPEL, não quero me posicionar contra a construção das hidrelétricas no TIBAGI, sei que as obras são necessárias. Mas tenho a preocupação com a questão ambiental. Especificamente com a preservação da chamada "MATA DORALICE", a única reserva de espécimes nativas da região, que lá estão muito antes do início do processo de colonização. É sobre isto que convide o Dr. Hubert a falar.

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento do Vereador Manoel Boto de Oliveira, "Nequinha", ocorrido no dia 30 de novembro de 1996, no Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente, um infarto ceifa a vida do Vereador Manoel Boto de Oliveira, "Nequinha". Toda a população, consternada, chora a morte do grande líder da comunidade do Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte.

Homen esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo, deixa uma lacuna entre os cidadãos daquela comunidade.

Líder incontestado, sempre teve seu trabalho reconhecido pela comunidade, elegendo-o Vereador por duas vezes. Hoje, não só sentimos a falta do Vereador, mas sentimos também a ausência do cristão, que sempre servindo ao seu próximo. Nós, com sua família, já sabemos o quanto será difícil conviver sem o "Nequinha".

REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar aos familiares da Sra. Leonilda Delcuqui Avanci, pelo falecimento ocorrido em 10.09.96, deixando profundo pesar na família, amigos, vizinhos do Hugo Lange e na sociedade curitibana.

Requer outrossim, seja dada ciência desta decisão a família da extinta, no seguinte endereço: Rua Augusto Stresser, nº 1660, Hugo Lange, Curitiba-PR, CEP: 80.040-310.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA.

A escritora e poetisa, Leonilda Delcuqui Avanci, deleitou por muitos anos seus leitores, com seus livros, principalmente do bairro Hugo Lange, seus amigos, que sempre estiveram atentos aos novos lançamentos, como os que deverão ser entregues ao público dentro de alguns dias, em número de três para alegria da sociedade curitibana.

REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. Milton José da Silva Ribas, pelo lançamento do livro "Quero Estar no Amanhã", no último dia 30 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através da correspondência a ser encaminhada à Rua Amaro da Silveira, s/nº, Ortigueira-PR.

Sala das Sessões, em 02.12.96

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos de Votos de Congratulações à Associação Paranaense de Floricultura, Paisagismo, Jardinagem, Produção de Plantas Ornamentais, Pesquisas e Acessórios - APAFLOR, pela posse da nova diretoria.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada à nova diretoria, através de seu presidente, o Engenheiro Florestal e Paisagista, Gilberto Matter.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Associação Paranaense de Floricultura, Paisagismo, Jardinagem, Produção de Plantas Ornamentais, Pesquisas e Acessórios - APAFLOR, representa a união das pessoas em torno de uma entidade de classe que defenda os interesses deste segmento.

Desta forma, é importante estimular o surgimento de entidades como a APAFLOR e prestigiar iniciativas desta natureza. Presidida pelo Engenheiro Florestal e Paisagista, Gilberto Matter, a APAFLOR inicia seus trabalhos incentivando o aperfeiçoamento profissional constante e a formação de mão-de-obra devidamente especializada.

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos de Votos de Congratulações à Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná - AFFEP e ao Sindicato dos Agentes de Tributos Estaduais do Paraná - SAFITE, pela posse de suas respectivas diretorias.

Requer, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada aos presidentes da AFFEP, Roberto Aparecido Piekarczyk, à Rua Alferes Ângelo Sampaio, 1793, CEP: 80.420-160, e do SAFITE, Fernandes dos Santos, à Rua Comendador Macedo, 610, CEP: 80.060-030, ambos nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Tanto a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná como o Sindicato dos Agentes Fiscais de Tributos Estaduais do Paraná, estão realizando um importante trabalho em defesa dos interesses das duas categorias que representam. Dentro do conjunto de funcionalismo público estadual, os agentes fiscais atuam na defesa dos interesses do Estado no cumprimento dos deveres dos cidadãos, que é o recolhimento dos tributos.

Congratulamo-nos com as duas entidades no momento da posse das novas diretorias, presididas respectivamente por Roberto Aparecido Piekarczyk, e Fernando dos Santos, traduzindo nesta homenagem o desejo do Legislativo paranaense para que sejam alcançados os objetivos traçados pelos integrantes que vão definir o futuro das entidades.

REQUERIMENTO Nº 1642

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de organizar e denominar oficialmente as vias públicas da Vila Quissizana, a fim de viabilizar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a cadastrar aquela região no roteiro da distribuição de correspondências. Os moradores da Vila Quissizana solicitaram-nos a implantação da distribuição das correspondências por carteiros, porém o Correio infelizmente não pôde atender o pedido tendo em vista as ruas não possuem placas indicativas e estarem com a numeração irregular, motivo que originou o presente requerimento.

Com o atendimento deste pedido muitas serão as pessoas beneficiadas.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1643

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de distribuição de água na Vila Três Pinheiros, Santa Felicidade. Os moradores do local é que estão fazendo o pedido e se propõem a pagar pelo benefício.

Informações complementares podem ser obtidas com o Sr. Ciro pelo telefone 372-2518.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de retirar o pedido feito através de nosso Requerimento LCM/AL/12.110/96 datado de 05/06 (cópia anexa), referente a melhor conservação da BR 376 Km 11, no trecho próximo ao nº 2375. Até a presente data infelizmente o pedido não foi atendido e a situação agravou-se ainda mais. Os moradores do local reiteram a solicitação e informam que é necessário executar a limpeza da rua e colocar anti-pó.

Já foi requisitado à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais os serviços, porém lhes informaram ser de competência federal tal trecho, motivo pelo qual estamos encaminhando o referido pedido ao DNER.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de proceder reparos na Estrada Velha que liga a cidade ao bairro de Itaquí. Muitos buracos existem e causam transtornos a toda população.

O indicado seria executar o recapeamento asfáltico da estrada e assim resolveria o problema que vem se agravando a cada dia.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim da Ordem, Moradas Paraná, Tatuquara, os quais solicitam a implantação de um Módulo Policial no local, tendo em vista a ocorrência constante de assaltos nas residências, nos ônibus e nas ruas. A população encontra-se apavorada com a falta de segurança, pois estão em perigo a qualquer hora e em qualquer lugar. Com a implantação de um Módulo Policial no bairro, os vândalos, ladrões e assaltantes com certeza se intimidarão e esses acontecimentos poderão diminuir e talvez até não mais ocorrer.

A população implora providências pois a situação é realmente grave.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua William Bouth, proximidades do nº 90, Vila Hauer, os quais solicitam a implantação de rede coletora de esgotos nessa rua. Para informações complementares, se necessário, as mesmas poderão ser obtidas com a Sra. Júlia Leal da Cruz pelo telefone 276-6061.

Com a falta deste benefício toda a comunidade vem sendo prejudicada.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Campo do Capanema, localizado nas proximidades do Paraná Clube. Muitos assaltos vêm ocorrendo e a população encontra-se apreensiva. A presença de policiais no local com certeza inibirão a ação dos assaltantes e deixarão o local com maior segurança.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a troca de lâmpadas nos postes situados na Rua Joaquim Nabuco e implantar um poste em frente ao nº 09 dessa mesma rua.

O pedido está sendo feito pelos moradores daquele local, os quais afirmam que à noite é muito escuro, deixando toda a população muito apreensiva.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de resolver o problema que vem ocorrendo na praça localizada na Rua Delegado Nabi Paraná, Xaxim, e nas proximidades da mesma. Ocorre que nessa praça foi colocado iluminação e até altas horas da noite e madrugada homens ficam jogando futebol, as bolas constantemente caem nas residências e os jogadores entram nos terrenos sem autorização alguma. Pessoas idosas residem sozinhas e estão muito apreensivas com este fato, pois a qualquer hora da noite pessoas estranhas entram e saem de suas residências e elas nada podem fazer.

Por este motivo, solicitamos especial atenção quanto a solução desse problema que vem ocorrendo e ameaçando, com justa razão, esses moradores que estão desprovidos de segurança.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar qual o problema que vem ocasionando a falta de água que ocorre diariamente na Rua Epaminondas Santos entre as Ruas Rio Guaporé e Rio Jaguaribe, no Bairro Alto. Os moradores já entraram em contato com a SANEPAR, a qual já esteve no local e nada foi resolvido. Existe um grande reservatório nas proximidades e pode ser algo relacionado com o mesmo. No 195 da SANEPAR não consta a falta de água no local, porém não condiz com a realidade.

Informações complementares podem ser obtidas com a Sra. Lenice Grochoski pelo telefone 367-2616.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Bonfim, os quais solicitam que o Posto de Saúde existente nas proximidades, permaneça aberto por mais tempo, principalmente à noite, para atender a população. Pedem eles também um esclarecimento quanto a duração das aulas do curso primário, uma vez que foram informados que os alunos permanecem somente 02 (duas) horas na escola, tempo considerado pelos pais dos alunos insuficiente para a aprendizagem dos conteúdos.

Estes pedidos dos moradores estão sendo feitos visando um melhor atendimento na área de saúde e da educação para a população.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente à Exma. Sra. Benedita da Silva, Deputada Federal.

Através deste, este Poder manifesta a solidariedade, o apoio, respeito e consideração e ao mesmo tempo repudia a atitude do Sr. Pío Guerra Jr., quando da posse à frente do SEBRAE, em franca manifestação de discriminação e preconceito, caracterizando uma atitude, muito mais do que de desrespeito, uma atitude que tem feito com que milhares de mulheres negras e negros, e outras minorias sociais, permaneçam em situação de desigualdade.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Não bastasse a situação de exclusão econômica, política e social, que tanto tem penalizado a população brasileira, falas como esta, deixam transparecer a idéia, que muitos têm, de que algumas pessoas são melhores do que outras.

Nós que lutamos por uma sociedade fraterna, democrática e igualitária, não podemos ser coniventes com este tipo de atitude.

REQUERIMENTO Nº 1659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Pío Guerra Jr., com relação a fala do Sr. Pío Guerra Jr. por ocasião da sua posse como Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE, onde ele diz: "No Congresso, você sabe como entra uma coisa, mas ninguém sabe como sai. Entra uma foto de Marilyn Monroe e sai uma de Madona. Aliás, Madona é uma comparação até boa, é uma coisa mais Benedita da Silva."

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Venho por intermédio deste requerimento manifestar repúdio a este tipo de comportamento, por entender que está permeado de preconceito e discriminação. Não só com relação às mulheres, mas também à uma mulher negra, digna das nossas mais altas considerações, pela sua luta em defesa de todas e todos aqueles que são excluídos socialmente, por conta da sociedade que vivemos, da opressão econômica, política e social. Que tem feito com que milhares de pessoas permaneçam em um estado permanente de "aphartid" social. Tal atitude, inadmissível, em qualquer situação, toma-se de extrema gravidade, partindo de uma pessoa que passa a ocupar um cargo de destaque, em uma entidade, que tem como objetivo atender as necessidades de pequenos empresários e empresárias.

Entendo que o preconceito e a discriminação, seja de gênero racial ou qualquer outra forma que venha a assumir, não nos levam a avançar na construção de uma sociedade justa, fraterna, que respeite e preserve os seres humanos, todos responsáveis, com seu trabalho e dedicação, por esta construção.

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis de reportagem "Manual de 'país amigo' orientou tortura", do Jornalista Marcelo Oikawa e publicada pelo Jornal Folha de Londrina neste último domingo, dia 01 de Dezembro.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Jornalista e direção da sucursal do Jornal Folha de Londrina, à Rua Mauá, 1.133, CEP: 80.030-200, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

A descoberta feita pelo Jornalista Marcelo Oikawa vem reforçar a tese encampada por esta Casa de Leis a partir da aprovação de projeto que obriga o Estado a indenizar as vítimas de torturas durante o regime militar, reconhecendo a co-responsabilidade do Estado nas arbitrariedades praticadas naquele período. A existência do referido "manual" oficializa a preocupação dos agentes públicos em tomar eficaz a prática de tortura para obtenção de informações, através de mecanismos cientificamente testados e recomendados por "um país amigo".

O fato de milhares de agentes terem sido treinados e tiveram suas ações norteadas por este nefasto "manual", reforça a tese de que havia uma preocupação do Estado em apoiar tais medidas e oferecer até treinamento para que seus "funcionários" cumprissem com suas funções a contento. Estamos diante de um informação que vai mudar a história política do país. A partir de agora, vamos ter novos elementos para promover o resgate da nossa história.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 555/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Marechal Cândido Rondon, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PROJETO DE LEI Nº 556/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada alínea "a", inciso III, do art. 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 -

II -

a) fonte de alimentação chaveada para microcomputador e telecomunicações classificadas no código 8504.40.999 da NBM/SH";

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.96.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Ao incluirmos a expressão "telecomunicações" na alínea "a", inciso III, do art. 14, intentamos desfazer o grande prejuízo futuro que terão as empresas radicadas em nosso Estado. Pois, estas não poderiam competir com as dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, já que naqueles estados a alíquota é de 7% (sete por cento) e aqui no Paraná é de 17% (dezesete por cento). Se não reduzida a alíquota, essas mesmas empresas terão que fechar suas portas por absoluta impossibilidade de concorrer em pé de igualdade com outras dos estados já acima citados.

Com isso, perderá não somente o nosso Estado, mas principalmente a sociedade paranaense, com a diminuição de empregos, maior incidência de desemprego e menor arrecadação do referido imposto, levando conseqüentemente, à uma menor renda "per capita" e à uma sucessiva bancarrota geral.

Pelo acima exposto e pela importância da matéria, esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres Colegas.

Os jornais deste final de semana, noticiam que a COPEL, nossa conceituada Empresa de Energia Elétrica, recebeu na semana que passou os estudos técnicos de impacto ambiental e de pré-viabilidade técnica e econômica para a construção das usinas hidrelétricas de Cebolão e Jataizinho, no Rio Tibagi. Além de aumentarem em 10% a capacidade atual de produção energética do Paraná, as duas usinas são estratégicas para a região de Londrina.

Jataizinho a 5 Km e Cebolão a 35 Km rio acima da ponte que liga os Municípios de Ibiporã e Jataizinho representam a garantia que as grandes empresas exigem para se instalar na região. A construção das hidrelétricas,

que estarão funcionando até 2003, significam maior qualidade e segurança no fornecimento de eletricidade, pois estarão mais próximas de Londrina. Atualmente, o suprimento de energia elétrica se faz por linhas de transmissão que percorrem grandes distâncias e representam sempre um risco extra para as indústrias.

De acordo com os estudos feitos pelo Consórcio Intertechne-Leme-Engevix-Esteio, contratado pela COPEL há um ano para fazer o levantamento inicial, Cebolão terá uma potência instalada de 168 MW (megawatts) e Jataizinho 155 MW, o que perfaz 323 MW. Como a capacidade da COPEL atualmente é de 3.300 MW, as duas usinas representam 10% a mais de energia com um mínimo de impacto ambiental.

Juntos, os reservatórios das duas hidrelétricas não inundarão mais que 59,3 quilômetros quadrados, sendo que um terço disto é formado pelo leito do próprio rio. A usina de Jataizinho terá uma área inundada de 2.240 ha e a usina de Cebolão de 1.800 ha. O nível de impacto ambiental é praticamente nulo, uma vez que as terras alagadas já perderam sua cobertura original há muito tempo. Nos dois casos, cerca de 93% do solo são usados para pastagens, agricultura e capoeira. Das 148 propriedades incluídas no estudo de impacto ambiental, para serem cobertas pelo reservatório de Cebolão, apenas duas serão totalmente inundadas, o que representa 1,35% de toda a área. Já o lago de Jataizinho cobrirá 176 fazendas e somente 11 delas em sua totalidade, o que equivale a 6,25% do reservatório.

E continua a matéria publicada pela Folha de Londrina que acabo de ler e pela Gazeta do Povo, no dia de ontem, a respeito dessas duas hidrelétricas na Bacia do Rio Tibagi. A razão de voltar este assunto à tribuna, Senhor Presidente, nobres Colegas e sobretudo ao nobre Líder do Governo, é que há uns quatro ou cinco meses, usávamos deste mesmo espaço para manifestar aqui a nossa preocupação quanto a uma reserva florestal existente em uma dessas áreas a serem inundadas, mais especificamente na hidrelétrica de Jataizinho que fica a 5 quilômetros ponte rio acima, ponte que liga Jataizinho a Ibiporã. Esta reserva ecológica é uma das últimas reservas ecológicas do Norte do Paraná, que é constituída de espécies raras, tanto que a Universidade de Londrina fez um levantamento dos valores ambientais de fauna e flora nesta reserva e chegou à conclusão que o Governo do Paraná não pode de maneira alguma, permitir que esta reserva seja inundada, dada as raridades das espécies não só animal, como vegetal que existe naquela única reserva, único santuário ecológico da bacia do Rio Tibagi. Por esta razão estou encaminhando à Mesa, e gostaria de contar com o apoio dos Colegas e muito especialmente do Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, um requerimento, convidando o Presidente da COPEL para comparecer aqui a esta Casa, se for o caso, na Comissão de Mérito, na Comissão de Meio Ambiente, para explicar com mais detalhes estas duas importantes obras, que esta conceituadíssima empresa de energia elétrica, a COPEL, tem que realizar na bacia do Rio Tibagi, aliás, estas duas hidrelétricas fazem parte de um conjunto de sete, que o Governo vai construir durante todo o leito do Rio Tibagi. Estas duas são as primeiras e que serão construídas nas proximidades da Região Metropolitana de Londrina.

Então gostaria que o Presidente da nossa querida COPEL atendendo a esse nosso convite, aqui viesse para prestar melhores esclarecimentos à Casa, a respeito do conjunto de obras a ser executado pela COPEL, de sete hidrelétricas, e mais especificamente destas duas, cujos estudos de viabilidade técnica ambiental, segundo a própria COPEL, através da imprensa, já estão sendo construídas sem nenhum impacto ambiental para a região.

Então a minha pergunta e preocupação, como re-

presentante daquela região, como também representam os Deputados Alborghetti, José Maria, Belinati, Durval Amaral, é se saber se esta reserva ecológica que a própria Universidade de Londrina entende que vai ser preservada, se ela vai ser realmente preservada, porque pelo que a imprensa escrita fala neste final de semana, os estudos de impacto ambiental concluídos, praticamente não anunciam nenhum tipo de risco ou prejuízo ecológico ambiental a partir da execução dos projetos de construção dessas duas hidrelétricas.

Então o que queremos é, em nome da sociedade civil e organizada de Londrina, que se preocupa, junto com a UEL com a preservação ambiental desta reserva ecológica, que se constitui a Mata Doralice, uma área de aproximadamente 200 hectares, de reserva de espécies raríssimas, se esta reserva vai ou não ser preservada. Ao meu juízo, ao juízo dos técnicos da Universidade de Londrina, dos ambientalistas da região a COPEL pode perfeitamente preservar esta área, se for esse o seu desiderato, o seu desejo, construindo esta hidrelétrica a uns dois ou três quilômetros ajuzante, como dizem os técnicos, acima do local aonde está previamente definido que ela será construída.

Portanto, Senhor Presidente, gostaria de contar com o apoio, sobretudo do Líder do Governo, no sentido de se aprovar o meu requerimento, convidando o Presidente da COPEL para aqui vir, juntamente com seus técnicos e prestar maiores esclarecimentos a esta Casa a respeito desta importante obra. Sabemos da relevância desta obra, apoiamos a sua construção, até aplaudimos a COPEL - que se antecipa de forma responsável e até extremamente competente - em procurar enxergar, a distância, a necessidade de se dotar o Estado de mais hidrelétricas, para gerar mais energia para impulsionar a nossa economia. Mas não podemos também nos descuidarmos, sob pena de omissão, de analisarmos o impacto ambiental de obras desta natureza.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Cumprimento o ilustre Deputado pelo tema que levanta da tribuna no dia de hoje e acho que V. Exa., no seu pronunciamento, disse bem da necessidade de trazermos, aqui, alguém da COPEL, o Presidente ou algum técnico que informe a esta Casa em relação ao assunto que V. Exa. coloca. O assunto é da maior importância e requer que esta Casa faça o empenho, junto à Direção da COPEL, para que possamos ver de perto este estudo de impacto ambiental, saber se ele realmente não vem prejudicar essa importante área ecológica.

Parabéns Deputado Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço a V. Exa. que tem sido aqui, nesta Casa, um defensor intransigente das questões ambientalistas e digo mais, no mês de julho - o Presidente da COPEL, encaminhava um Expediente à Câmara Municipal de Londrina, onde dentre outras coisas dizia: "nos casos das usinas de Jataizinho ou a de Cebolão, ambas incluídas no Plano Decenal de Expansão do Sistema de Geração de Energia Elétrica da ELETROBRÁS, a COPEL foi autorizada, apenas, a desenvolver um estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental. E é exatamente o que ele anuncia neste final de semana que acabou de receber.

Então acho que, esta Casa, nós, como representantes do povo, temos que compatibilizar que, no interesse evidentemente da sociedade como um todo que o Estado representa, da necessidade de se dotar o Estado de um maior potencial energético, já que a natureza nos dotou dessas condições maravilhosas e fantásticas de geração de energia elétrica.

Mas a história também mostra, com muita propriedade, que o Paraná já perdeu muito com essa questão de apenas ceder, ceder e ceder espaço para essa expansão tecnológica, para esse desenvolvimento tecnológico a partir da construção de inúmeras hidrelétricas à margem do Rio Paranapanema, pela CESP - Centrais Elétricas de São Paulo. Com terras da melhor qualidade inundadas, com prejuízos ambientais fantásticos e econômicos, nem se fala! Até hoje arrastam-se pelos tribunais processos de indenização e as vítimas dessas inundações estão até hoje, clamando por justiça. E sabemos que essas ações são demoradas, são longas, elas demandam uma ampla e profunda discussão na Justiça e os proprietários, sobretudo os agricultores da Região de Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul, Sertãoópolis, Porcatu, Primeiro de Maio, enfim, de toda aquela bacia do Rio Paranapanema, muitas dessas famílias estão aguardando uma decisão final da Justiça paranaense e Justiça brasileira, para poderem receber aquilo que é de direito.

Então queremos evitar, em que pese a COPEL não ter tido esta postura a que me referi, em relação à CESP. Mas temos que, dentro da legitimidade do nosso mandato, compatibilizar o interesse do Estado que representa a sociedade na construção de hidrelétricas importantíssimas como esta, mas com a preservação do meio ambiente e, sobretudo, de preservar reservas ecológicas como esta da Mata Doralice.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte, cumprimento V. Exa. pelo assunto que traz para discussão nesta Casa e para reflexão de nós, Parlamentares, dizer que o seu pedido acima de tudo, é um pedido feito com muita diplomacia, que é um convite ao Secretário e não uma convocação, poderia também partir de uma convocação, mas preferiu V. Exa. primeiro esgotar esse processo, que é do convite. E concordo plenamente com V. Exa., vamos aprovar o seu requerimento, conversar com o Presidente da COPEL, ver a sua disponibilidade ainda esta semana para que venha numa das Comissões da Casa, Comissão de Meio Ambiente, até uma grande oportunidade para que ele fale do destaque que tem recebido a nossa COPEL, que inclusive está representando o Paraná, num movimento brasileiro pela qualidade no Brasil, num esforço conjunto de empresas de várias áreas públicas ou privadas que implantaram o sistema de gestão pela qualidade total e buscam a participar do reservado grupo de companhias de chamadas "classe mundial".

Então, se a nossa Copel está em destaque, eu tenho certeza que os técnicos da Copel tiveram toda a preocupação de, evidentemente, cuidar dessa área, que esta área V. Exa. cita não venha a sofrer realmente a inundação. Quero crer que todo esse cuidado tenha sido tomado, se não foi, é o momento do alerta enquanto há tempo ainda. E por esta razão, eu posso garantir a V. Exa. que farei contato em seguida da Sessão, ao Presidente da Copel, no sentido de que ele atenda o seu convite e desta liderança, para que venha num desses dias da semana na Comissão de Meio Ambiente, trazer esta informação e outras tantas de interesse a nós parlamentares, que dizem respeito ao que a Copel está fazendo de bom pelo Estado do Paraná. Eu agradeço o aparte e a sua preocupação também.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu que agradeço V. Exa., cumprimento V. Exa. pelo apoio, por entender como nós, que o Presidente dessa importante companhia energética do nosso Estado, em nossa Casa, se faz necessário exatamente para nos informar e dirimir eventuais dúvidas que nós venhamos a ter, a respeito dessas duas importantes obras, e com isso elas possam conti-

nuar a receber desta Casa o nosso apoio, o nosso entusiasmo e sobretudo em relação à Copel, a nossa profunda admiração. Eu já fui o que V. Exa. é hoje aqui.

O SR. ALGACI TÚLIO (Aparte) - A Copel não é desse Governo. A Copel é de todos nós Paranaenses, ela não tem cor partidária, é uma empresa formada por extraordinários técnicos que, a cada Governo muda apenas a sua direção, 2º, 3º escalão, todos permanecem lá, contribuindo cada vez mais para o nosso Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES - Perfeitamente. E é exatamente por ter esta visão que V. Exa. tem, conhecendo a Copel como nós conhecemos, é que nós entendemos que deveremos encaminhar esse convite, em comum acordo com V. Exa., para que o Presidente da Companhia aqui venha e preste estas informações, para que esta Casa então possa se posicionar de maneira clara, transparente a respeito dessas importantes obras para a região de Londrina. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk - Concedo a palavra ao ilustre Líder do PTB, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. No sábado de manhã, ao ler a "Gazeta do Povo", vi uma manchete, inclusive Deputado Nelson Justus, gostaria da sua atenção. Vi uma manchete onde dizia: "O Campeão de votos vai para o PFL". Pois na íntegra, realmente uma série de distorções, não culpa do jornalista, mas sim da pessoa que passou as informações.

Primeiro, eu fui eleito vereador por seis em Londrina, o mais votado do PDS. Segundo, a convite do ex-Governador e particular amigo, Governador Alvaro Dias, que é padrinho do meu filho Luis Eduardo, junto com o Deputado Anibal, saí candidato a Deputado Estadual. Elegi-me por Curitiba e por Londrina.

Depois, a convite do empresário José Carlos Martinez, quando ele disputou a eleição com José Richa e Roberto Requião, saí candidato, e disputei a eleição novamente pelo PRN, fui eleito e depois a convite do Deputado Anibal Khury, do Dep. Nelson Justus, e do Senador José Eduardo de Andrade Vieira eu saí candidato a Deputado Estadual e fui novamente o mais votado do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Hoje sou o Líder do PTB neste Parlamento, a convite da minha Bancada, comandada pelo meu Secretário, meu particular amigo, irmão, Deputado Nelson Justus e a convite do Deputado Anibal Khury.

Liguei à redação da Gazeta, fui maravilhosamente atendido e no domingo houve uma explicação. Hoje quando eu li a Gazeta, novamente, "caio sentado", eu não entendi, queria que vocês me entendessem, eu convidado num jantar, pelo Embaixador de Portugal, Ministro Bonhauser, eu e o Deputado Luiz Carlos Martins, Vereador Jotapê, e o Vereador Mário Celso, e neste jantar realizado no litoral, aqui nessa primeira cidade, em Morretes, na residência da família Petrelli, ali convidaram o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o Deputado Luiz Carlos Marins que está aqui, o Vereador Jotapê e o Vereador Mário Celso, foram os meus dois candidatos, receberam votos da minha família nessa última eleição aqui na capital, e eu como voto em Londrina tive que votar com a minha filha. A minha filha ainda vota em Londrina, os outros filhos votam aqui na capital, e eu tive que repartir os votos lá em Londrina com os dois candidatos, os dois aqui da capital que receberam os votos da minha família se elegeram, o Mário Celso e o Jotapê. Em Londrina consegui fazer o Vereador Antenor Ribeiro o mais votado de Londrina e o Rubinho Caldarelli ficou com a primeira

suplência por 32 votos, porque faltou legenda no PTB.

Muito bem! Quando saí do jantar chegou uma comitiva de Londrina, comandada pelos homens fortes do PFL de Londrina. Aí eu fui convidado, eu peguei e falei: Vocês me convidam sem fazerem uma reunião? Não, já foi feita a reunião, e o Senhor é o convidado de honra para ir ao PFL, eu peguei e falei: Tem certeza? Tenho. Tudo bem, eu falei, vou analisar, não gosto de comer no prato onde como, e o Deputado José Tavares sabe disso. Então, eu vou analisar, vou refletir, eu tenho um grupo muito forte, eu, o Deputado Nelson Justus, o Deputado Anibal Khury, o Deputado Eduardo Trevisan, nós somos um grupo forte, hoje, na Assembleia. E o PTB é um grupo forte, hoje, no Estado do Paraná, apesar do que aconteceu com o Senador José Eduardo, ele me dizia que não é mais candidato a nada, ele vai cuidar das suas empresas, dos seus negócios.

E o Deputado Anibal Khury, o Deputado Nelson Justus, querem fazer do PTB o maior, ao lado do Deputado Geraldo Cartário queremos fazer o PTB maior, um partido sólido, um partido sério no Estado do Paraná.

Tudo bem! Recebi o convite, fiquei de analisar Senhores.

Quando foi na eleição para Prefeito, eu não entendi o grupo que na eleição para Governador estava no Bierhousen, ficava olhando do Hotel Bourbon e dizendo: "Aí é o foco do PMDB; aí é o foco do Alvaro Dias, a turma do Jaime, o PFL que apoiava o Jaime Lerner, ficava no Bierhousen, "metendo o pau" no Hotel Bourbon, tudo bem."

Eu como sou um Deputado que tem acesso com o Alvaro, com o PMDB, com você que eu lhe apoiei na candidatura a Prefeito, nós perdemos por uma estupidez, por 300 votos, naquela época, entendeu? Eu sou respeitado em todas as áreas dentro do PT com o Ângelo Varnhoni que é meu particular amigo, o Cheida, eu tenho acesso livre dentro de todos os partidos. Na Campanha para Prefeito agora eu não entendi, a turma que ficava no Bierhousen metendo o pau no Alvaro estava lá dentro abraçado com o Alvaro e eu falei: Que diabo que é isso? que política é essa? Eu não entendi. Vocês estavam na eleição passada lá na Bierhousen, um barzinho onde se come um peixe gostoso, metendo o pau, o Hotel Bourbon vai cair, o Jaime vai ganhar, vamos acabar com o Hotel Bourbon. Tudo bem. E coisa do capeta. Aí, Pessuti, eu não entendi, e a turma que apoiava o Alvaro ficava do outro lado da rua e apoiava o meu candidato que é o Prefeito Antônio Belinati, e então houve uma inversão, o PFL rachou no meio. A turma que apoiava o Jaime passou para Haully, já era contra o Jaime, e a turma que apoiava o Alvaro, que metia o pau no Jaime, apoiou o Belinati. Eu não entendi, aí entrei dentro do Hotel Bourbon e falei: Essa turma do PFL aí não foi que apoiou o Jaime? Fomos. Mas agora vocês estão contra o Jaime? Estamos. Aí eu fui lá no Hotel Cristal e lá, a turma que apoiava o Alvaro estava elogiando o Jaime. Eu falei isso é do capeta. Dividiu uma parte no Hotel Cristal e outra no Bourbon. Vamos ver quem ganha. Então o PFL foi rachado no meio. Aí, hoje na Gazeta saiu que o PFL de Londrina está rachado, uma parte quer o Alborghetti e a outra não. Não é isso que eu quis explicar, eu estou dizendo que o PFL de Londrina está rachado. Uma parte é Belinati e a outra parte é o grupo de Haully e o meu PTB ganhou a eleição em Londrina. Eu fiz 15 comícios. Num comício, Deputado Tavares, 15.000 pessoas me aplaudiram, tanto é que quando eu desci do palanque o povo ia indo embora e eu falei, o Belinati tem que falar e eu corri e voltei para o povo voltar junto. Aí eu armei uma estratégia de eu falar primeiro e o Belinati falar por último, então ali eu vi a minha credibilidade com o povo de Londrina, o respeito como eu tenho na Capital, como eu tenho

em todo o Estado do Paraná. Então eu queria deixar claro, liguei ao Presidente do PFL hoje, o Carvalhinho, meu particular amigo, respeito o Carvalhinho, meu particular amigo, respeito o Carvalhinho, é um irmão, é um diplomata, é um homem, é um grande empresário, é um grande político, Oxalá seja Senador da República na próxima eleição, se for terá o meu voto, já digo antecipadamente, votei na última eleição para ele para Senador, votarei quantas vezes for necessário, porque ele tem um caráter, ele é idôneo. Então eu liguei para ele hoje, falei Carvalhinho, depois que você reunir o Diretório do PFL e resolver a questão interna do PFL porque não tem dono o PFL de Londrina. Um grupo que era Jaime virou para o Álvaro, e o grupo que era Álvaro virou para Jaime, então eu queria dizer que continuo no PTB, porque, eu não cuspo no prato que eu como. Eu continuo no PTB ao lado do Deputado Nelson Justus, vou ser líder do PTB nesta Casa, vou fazer críticas construtivas quando for necessário ao Sr. Governador, vou defender os Projetos que sejam de interesse do meu Estado, vou sempre brigar com carinho e com respeito com o Deputado Romanelli, ele do lado de lá e eu do lado de cá, mas sempre como faz o Romanelli, como faz o Pessuti, como faz o Neivo, como faz o Deputado Tavares agora defendendo o meu Norte do Paraná, como faz o Deputado Vanhoni, como fazem todos os Senhores que estão aqui, defendendo os seus ideais.

Então, eu continuo Líder do PTB, continuo Governo, porque no primeiro mandato eu fui Álvaro, os professores jogaram dinheiro na minha cara, tentaram me bater na saída, sofri, porque ser Situação neste Estado você sofre, Romanelli, você sofre. Ser oposição, é outra história, entendeu. Você sai é festa, ser Situação você leva caceta-da, você leva tudo que você pode imaginar.

Então, eu quero dizer o PFL de Londrina está rachado. O PFL me quer. Será um orgulho eu estar no PFL de Londrina, será um orgulho eu estar ao lado do futuro Senador Carvalhinho, mas por enquanto eu sou PTB, eu sou Anibal Khury, eu sou Eduardo Trevisan, eu sou Nelson Justus, eu sou o grupo que forma, o Geraldo Catário, o grupo do Partido Trabalhista Brasileiro que é pequeno, Durval Amaral, perdoe-me, um grupo pequeno, mas um grupo de Deputados que tem vergonha na cara.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Permite-me um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado Alborghetti, a Casa toda ouve V. Exa. que da tribuna faz um desabafo sobre as notícias que saíram especialmente nos jornais de final de semana, e há que se reconhecer o seguinte: que PFL de Londrina é este que recusa um líder de sua expressão...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não, mas não está recusando, não.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Aparte) - Não, mas eu quero dizer a V. Exa. o seguinte, quero dizer em nome do PMDB, inclusive do PMDB de Londrina que para V. Exa. nós temos um tapete vermelho...

(VOZES PARALELAS)

O Senhor tem que voltar para sua casa, Deputado Alborghetti, volta para o PMDB. V. Exa. volta inclusive com a garantia...

(VOZES PARALELAS)

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - ...porque eu, Deputado Romanelli, com catorze anos de idade eu já apresentava o Tavares, eu apresentava o finado Heitor de Alencar Furtado, quando ele foi assassinado em Mandaguari, eu fui o primeiro junto com o Álvaro a chegar no lugar do assassinato e mandar prender o policial vagabundo, canalha que matou o Heitorzinho que chegava de um comício que eu e o Tavares estávamos em

Telêmaco Borba, eu, José Antônio Delgel, que foi Parlamentar e deu a vida inteira aqui, fui eu o garoto propaganda de José Richa, fui eu o garoto propaganda de Antonio Belinati, de Oswaldo Macedo, de Alencar Furtado, foi o Alborghetti que correu com Ulisses Guimarães, eu que apresentava o Ulisses Guimarães nas "Diretas Já", lembra, o velhinho nos acompanhava, fiz o último comício com ele lá na barranca do Rio Paraná numa noite escura, chuvosa, eu Tavares, Richa, todos em cima do palanque e eu apresentando o grande estadista Ulisses Guimarães. Agora, já não sou mais. Aí o Belinati e Oswaldo Macedo foram em casa, falaram com você tem que ser Vereador. Falei, gente, eu vou sair porque o Nei veio aqui, convidou-me, gente. Tá bom, Alborghetti, saia Vereador. Depois você já está no PDS, depois você vem para o PMDB. Aí o Álvaro foi me buscar, ele e o Tavares, e eu vim para o PMDB. Eu apresentei as grandes lideranças deste Estado do PMDB, o Pessuti sabe disso, eu apresentei os grandes líderes do MDB, Movimento Democrático Brasileiro, e fui preso, Deputado Romanelli, e fui preso, fui preso distribuindo jornalzinho, levaram-me para Apucarana, deram-me o maior cacete do mundo, na época da revolução. Aí me soltaram uma semana depois, porque eu botei o Geisel vestido de mulher na capa, também era louco, entendeu, aí arrumei uma cana e a Arena de Goioerê me perseguiu, o Tavares está aí, para me perseguir, para me destruir, perseguiram-me porque eu tinha um jornal do MDB que era pago pelo Álvaro, pelo Tavares, o Tavares me dava dez merreís, o Álvaro dez, o Belinati mais dez e eu fazia o maior jornal do MDB na história do Paraná e nós colocávamos na capa o Geisel vestido de mulher. Mas levei uma cana, apanhei dentro de um camburão. Gente eu tenho passado, eu tenho Romanelli, eu tenho passado na boca do Deputado Tavares que foi constituinte, eu respeito esse moço que está aí sentado, o Tavares aprendeu a me respeitar porque eu não sou achacador, não sou mordedor e não sou gigolô do dinheiro público. E como você mesmo me diz Romanelli: eu estou aqui a cada mandato que passa, para aprender e sempre aprender com gente que presta, porque este Parlamento para mim é o melhor Parlamento do Brasil. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Meus parabéns Excelência. Eu só quero deixar registrado perante esta Casa que V. Exa. tem as portas escancaradas para vir para o seu antigo Partido MDB, depois o PMDB porque V. Exa. tem raízes populares, V. Exa. é na verdade na essência um socialista que acredita que a sociedade tem que ser extremamente solidária. Vossa Excelência faz isso no dia-a-dia, dá exemplos diários de solidariedade, por isso que V. Exa. que é um libertário, que tem essa visão de uma sociedade moderna, tem sim as portas escancaradas para voltar para o seu antigo Partido, o PMDB velho de guerra.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado.

Só quero dizer que continuo PTB ao lado do meu estadista. Esse homem quando eu cheguei em Curitiba ele me ajudou a financiar o meu primeiro apartamento, ele que foi o meu avalista. Eu não nego, a minha vida é um livro aberto, o Tavares sabe disso, eu não devo para vagabundo nenhum deste Estado. Ele me ajudou, eu andava duro, ele me emprestava dinheirinho, entendeu? Muita gente ia lá beliscá-lo e não pagava e eu ia lá e pagava direitinho, ele deve ter muita duplicata guardada, a minha eu pagava. Eu não traio o Anibal. Eu sou Anibal e sou PTB. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Luiz

Carlos Alborghetti a homenagem que Vossa Excelência presta a seu partido e a mim é comovente, nós não esperávamos outra atitude de V. Exa. a não ser manter coerente com as suas posições, e provar mais uma vez ao Paraná que o Deputado Alborghetti é sempre o Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Palavra com o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente e Senhores

Deputados, ocupo esta Tribuna para fazer um registro porque considero digno de registro o fato. Participei na quinta-feira passada, juntamente com o Deputado Elio Rusch, Deputado Sâmis da Silva, a Governadora Emilia Belinati e outras tantas autoridades, de uma homenagem que uma região do extremo oeste do Paraná, particularmente os municípios lindeiros, prestaram a duas pessoas ilustres, dois paranaenses ilustres, pelos trabalhos relevantes desenvolvidos em prol da região e também em prol do Estado do Paraná. Refiro-me a homenagem prestada pelos Municípios lindeiros ao Doutor Euclides Scalco, Diretor Geral da Itaipu Binacional e também ao Jornalista, Advogado e empresário, Doutor Francisco da Cunha Pereira, pela luta por todas as questões detidas por esses paranaenses de interesse do Estado, mas mais especificamente, pela conquista dos royalties de Itaipu que hoje está consagrado na constituição de 1988, no artigo 20, parágrafo 1º. Foi um momento interessante, porque serviu também para fazer uma reflexão sobre esta importante conquista, para lembrar o nome de todas as personalidades que participaram desta luta. E eu particularmente me sinto muito feliz, porque desde o tempo que eu fui Vereador, lá pelos idos de 1976, como um dos desapropriados por Itaipu, lutava pelas conquistas dos royalties, hoje garantido e sendo pago religiosamente, inclusive, com muita boa vontade, por parte da direção da Itaipu Binacional, uma parcela atrasada e uma vincenda.

Municípios como Foz do Iguaçu recebe, hoje, na faixa de um milhão e meio de reais por mês de royalties de ITAIPU. Mas os municípios da região recebem em torno de dez milhões de reais por mês, e outro tanto desse vem para os cofres do Governo do Estado, que vai formar o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, o FDE.

Os royalties são pelo menos nos momentos de crise, como este, que vive o Paraná, vive o Brasil, e particularmente, vivem os municípios brasileiros, mitigando, minimizando a crise dos municípios da nossa região.

Portanto, esta homenagem foi muito justa, e a considero digna de ser registrada nos Anais desta Casa, e parabenizando também os prefeitos da região, as Câmaras de Vereadores, as Associações Comerciais da região, que tomaram esta brilhante iniciativa.

Muito Obrigado.

Um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH (Aparte) - Deputado Sérgio

Spada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós igualmente com Vossa Excelência participamos na última 5ª-feira, na Cidade de Foz do Iguaçu, da homenagem que a Associação dos Municípios Lindeiros, ao lado de ITAIPU tem prestado a essas duas personalidades. A primeira é o Presidente da Itaipu Binacional, Euclides Scalco, pelo dinamismo, pela competência, e pelo homem sério que ele é em todas as suas funções, que tem exercido até o presente momento, e principalmente na ITAIPU Binacional, que tem dado continuidade a um trabalho iniciado já há alguns anos, venha recuperar a questão financeira da própria ITAIPU Binacional, fazendo com que as empresas ou as concessionárias ou os estados, que compram a energia da ITAIPU Binacional, que saídas

sem seus compromissos.

Com isso beneficiou o Estado do Paraná e os municípios diretamente atingidos com o reservatório de Itaipu, trazendo para o nosso Estado quase oito milhões de reais, mensalmente, com o pagamento dos royalties.

Essa foi a homenagem que os dezesseis municípios tem prestado a Euclides Scalco, e também a outro paranaense, que tem encetado, não como político, mas como homem da imprensa, como profissional liberal, que é o Francisco Cunha Pereira, pelo excelente trabalho que ele tem desenvolvido, ainda mesmo antes da regulamentação. Porque depois quando estava na Constituição e Vossa Excelência era um dos constituintes, quando foi embutido na Constituição do Brasil o pagamento dos royalties, e a compensação financeira para os municípios que tivessem de uma ou de outra forma, áreas alagadas com a construção de qualquer reservatório hidrelétrico em nosso Brasil.

O Francisco Cunha Pereira através da televisão, a Rede Paranaense, a Rede Globo, no nosso Estado, bem como a Gazeta do Povo, têm feito um trabalho excelente de divulgação, não só no nosso Estado, mas essa divulgação, essa campanha, tem surtido seus efeitos a nível de Brasil. Esse dispositivo foi regulamentado por um Senador que exerceu o seu mandato por pouco tempo, que é o Carvalhinho, Gomes de Carvalho, que é o Presidente da FIEP, hoje, e para satisfação nossa, é o Presidente do PFL no Estado do Paraná, e atualmente vice-Prefeito, e Prefeito em exercício aqui de Curitiba. Foi o Senador Carvalhinho que teria regulamentado - ele foi relator desse dispositivo - o pagamento dos royalties para os municípios e para os estados do nosso Brasil, e principalmente, para o Estado do Paraná.

Só gostaria de me manifestar também neste espaço, e parabenizar Vossa Excelência por ter subido à tribuna, e levantado esta questão, em fazer a homenagem aqui na Assembléia Legislativa, também e esses dois homens públicos, ao Francisco Cunha Pereira Filho e ao Euclides Scalco.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado Deputado Elio Rusch.

A participação do jornal Gazeta do Povo foi fundamental para que, naquele momento que antecedeu a aprovação desse artigo houvesse o despertar da consciência das lideranças, do povo do Paraná, para a conquista desse que era um direito, que estava sendo negado ao povo do Paraná.

Como constituinte que apresentou a proposta que hoje é o Artigo 20, parágrafo 1º da Constituição, senti o peso e a importância do apoio do jornal Gazeta do Povo, da Rede Paranaense de Televisão, de todos os meios de comunicação e o apoio logicamente de todas as lideranças, e o papel importante do Senador Gomes de Carvalho, na relatoria do projeto, quando este, que regulamentou o pagamento dos royalties, passou pelo Senado Federal.

Enfim, essa foi uma luta de muitos paranaenses, que merecem ser homenageados por todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há inúmeras reclamações, na Região Metropolitana, por falta de segurança. Piraquara é um município que nem sequer tem viatura da Polícia Militar, então a população e os Vereadores estão reclamando.

Mas, subo à tribuna, esta tarde, para fazer o relato de um acontecimento numa escola estadual, no Municí-

pio de Colombo.

A inauguração foi marcada para as 18 horas, uma escola de 1.700 m², uma escola importante para a comunidade. Lá cheguei, às 18 horas, lá estava o Prefeito, 12 Vereadores, e a diretora da escola, chamada Célia Borges, acompanhada de uma outra professora e a chefe do núcleo Norte também estava presente. Na inauguração, no entanto, não tinha nenhuma criança, nenhum membro da comunidade. A comunidade não foi convidada para o importante ato cívico, para a inauguração, onde como norma se executa o Hino Nacional, se relata o custo da obra, de quem foram os investimentos, que no caso foi da FUNDEPAR e da Prefeitura Municipal, enfim a comunidade vive um momento importante, que é a inauguração de uma escola que vai servir a comunidade, vai servir as crianças.

O que me causou estranheza é que a inauguração foi marcada para as 18 horas e no colégio estava uma faixa - "19 horas baile de festiva inauguração da escola." Quer dizer, a diretora da escola, junto com a chefe do núcleo Norte, que é sua irmã, deixou de convidar a comunidade para a inauguração oficial, para promover um sarau às 19 horas uma hora após a inauguração.

Aí fico imaginando como as crianças podem ter aquele sentimento de responsabilidade, de cuidar e preservar a escola, se não sabem da onde veio o dinheiro, quem foi que investiu para construir aquela escola.

E a execução do Hino Nacional? O Hino Nacional tem que ser executado juntamente com a comunidade, com as crianças, para que eles sintam que ali está tendo uma sessão solene, que aquela escola é importante para a comunidade, fundamental para as suas vidas.

Portanto, meu manifesto de repúdio à diretora do Núcleo Norte, Creusa Borges, e à diretora da escola, nomeada pela irmã, que promoveu tamanha desfeita para a administração municipal e estadual e mais do que isso, tamanha desfeita para a comunidade, pois a comunidade deveria ali estar presente, vivenciando aquele ato inaugural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PSDB, PFL, PPB (Todos Declinam).

PT.

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo, usando o Horário do FT.

O SR. IRINEU COLUMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma das grandes discussões que está sendo travada no País hoje, é com relação a proteção da criança e do adolescente, a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e associado a essa questão legal, temos embates com relação ao trabalho infantil, prostituição infantil, assistência social, proteção integral que é dada às crianças.

Numa conjuntura internacional em que se discute a globalização da economia com seus resultados econômicos, os seus resultados mercantis, até agora não comprovados de plena eficácia, mas contudo os resultados na Ordem Social, com as garantias do emprego da Previdência, da Seguridade Social e as garantias do indivíduo, estão sendo deterioradas pelo processo de globalização. Mas aqui no Paraná, esta é uma discussão que

foi antecipada pela capacidade de alguns militantes - eu diria assim, da justiça, do Ministério Público, da Sociedade organizada que trabalham com a questão da criança.

Participamos nesta última sexta-feira, no sábado e no domingo, do 10º Encontro Estadual da Associação de Juízes de Direito e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude do Estado do Paraná. Esse 10º Encontro, aberto à Comunidade, teve um dos grandes palestrantes na sexta-feira à noite, nada mais nada menos que o reconhecido internacionalmente, representativo nosso da questão da Justiça, o Jurista Dalmo de Abreu Dallari, nosso representante, principalmente nas Cortes Internacionais e na Comissão Internacional de Direitos Humanos, que abriu o 10º Encontro se referindo exatamente a esse processo da globalização da economia e os seus resultados perversos sobre a estrutura social e sobre a questão da criança no Brasil.

Na medida em que os resultados mercadológicos, as transações de capitais e de mercadorias levam as sociedades econômicas a minimizarem o controle sobre os problemas sociais, se deixar a economia de mercado tomar conta, com isso, desregrando, deixando a solto o trabalho e a exploração das crianças principalmente, por conta da simples justificativa de que a competição internacional é importante.

Os Promotores, os Juízes da Infância e Juventude do Estado do Paraná, discutem seriamente a falta de aplicação do Estatuto da Criança em todo o Brasil. Mas o Paraná está de parabéns, o Paraná está de parabéns, porque é hoje reconhecidamente - e sentimos nesse encontro - o Paraná é um dos Estados mais avançados, na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos Estados mais avançados, na medida em que combate todo o trabalho infantil, a prostituição infantil e ainda, monitora e apoia a criança em todos os municípios, dos Conselhos e Direitos da Criança e do Adolescente e também dos Conselhos Tutelares, que são os organismos que a lei nos deixa, para criar mecanismos importantes, para o controle dos problemas ligados à criança e a juventude.

Então Senhores Deputados, temos na verdade um compromisso a ser feito com todos os Senhores, de cada vez mais nos aprofundar sobre a legislação da criança e do adolescente no Brasil que nós conhecemos muito pouco.

E nós como repetidores da legislação, nós que devemos tomar par da situação do nosso Estado é importante que a gente defenda as iniciativas aqui tomadas e defenda sobretudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que o Estado do Paraná têm as suas grandes autoridades. Temos por exemplo, na figura da Dr^a Terezinha Ribeiro Ruzzon, que é a Coordenadora da Associação dos Juízes de Direito e Promotores de Justiça da Criança e da Juventude do Estado do Paraná. Temos a figura do Dr. Tuffi Maron Filho, um dos Coordenadores da Justiça da Criança e da Juventude do Estado do Paraná. Temos também Dr. Silvio Roberto, Promotor da Justiça, pessoa que vem cuidando da implementação da ECA do Estatuto da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

Também esteve presente nesse 10º Encontro, a figura exponencial no Brasil do Juiz de Direito do Rio Grande do Sul, Dr. João Batista Saraiva, que é uma das pessoas que vem trabalhando, a nível nacional para que todos os juízes e todos os promotores de justiça, tomem par do que representa essa simbiose entre a justiça o Estatuto da Criança e a Sociedade, através dos Conselhos Municipais de Direitos e através dos Conselhos Tutelares.

No Paraná, temos um grande número de Conselhos Municipais e Tutelares funcionando, mas a Cidade de

Curitiba, e essa foi a grande tônica da denúncia do Encontro. O Município de Curitiba é um dos Municípios que não serve de exemplo para o Brasil, quando se fala da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porque ainda não temos ainda nesta cidade os Conselhos Tutelares, temos reformas a serem feitas tanto na Lei Orgânica de Curitiba, como na Legislação pertinente para a instalação desses Conselhos. E foi duramente criticado por todos os juízes do Brasil que participavam desse Encontro.

Temos várias e várias polêmicas com relação a isso, a implementação da ECO, mas ainda assim, apesar de Curitiba não ter o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, no restante do Município do Estado do Paraná, temos vários e vários Municípios funcionando plenamente. Mas ainda vale dizer, que muitos prefeitos, muitos senhores vereadores têm visto na formação do Conselho Tutelar, o Órgão que vai lhe dar trabalho e vai dividir poder. E não querem que os Conselhos Tutelares funcionem plenamente.

É importante dizer, que os Conselhos Tutelares têm que ser fortalecidos, para cuidar da problemática da criança em cada Município. Não adianta os Conselhos Tutelares, abordarem uma criança com problemas de drogas, abordarem uma criança que está sendo espancada na família, abordar uma criança que está fora da escola, se ela precisa da proteção e não têm uma casa de apoio, para conduzi-las não têm um local adequado, para encaminhar essa criança, que não têm assistentes sociais, pedagogos, para colocar essa criança.

Porque sistematicamente, não só no Paraná, mas em todo o Brasil as autoridades do Executivo e do Legislativo, têm se negado a dar apoio necessário, aos Conselhos Tutelares e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando se implementa à Discussão da diminuição da idade penal para 16 anos, quando se discute a questão do Adolescente ter direito a carteira de motorista e tantas outras discussões, vale a pena dizer que tudo isso não pode ser discutido, se nenhum Prefeito, nenhum Vereador no Brasil e todas as autoridades não têm consciência que o Estatuto da Criança, que é um instrumento moderno e eficaz, não está sendo implementado, na grande maioria dos Municípios do Brasil.

Então não adianta falar na criança, na medida em que nós temos um mecanismo que não está sendo implementado, integralmente, um mecanismo não de primeiro mundo, sendo uma legislação moderna, mas um mecanismo de 1º Mundo, porque uma criança da Suíça não precisa de lei para ser protegida, porque a situação econômica do país dá proteção suficiente. Uma criança da Suécia não precisa ter uma legislação moderna e protetora, porque ela tem condições econômica, o país tem emprego, tem seguridade social, tem escola, portanto, ela não precisa de tanta proteção legal. Agora, as crianças do nosso querido Brasil, que estão sendo prostituídas, que estão sendo exploradas pelo trabalho, que estão sendo vítimas de violência, vítimas das drogas, estão sem escolas, essas sim precisam de uma legislação moderna e acolhedora, e essa nós temos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o 10º Encontro de Juízes de Direito e Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Estado do Paraná conclama, para que abraçemos a causa do Estatuto da Criança, para levarmos à frente o conhecimento dessa importante peça política, para implementação da proteção integral à criança e a juventude no Brasil. Queria parabenizar a Associação do Estado do Paraná, pelo belíssimo encontro, e a importância dos juízes e promotores discutir com a sociedade, as problemáticas relativas ao Judiciário que, normalmente ficam as escondidas e não temos acesso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer um pequeno pronunciamento sobre a viagem que fizemos junto com o vice-Presidente desta Casa o Deputado Luiz Carlos Zuk que é também Presidente do Conselho Regional Parlamentar do Sul, e também nos acompanhou o Sr. Eduardo Fontano, Presidente do BRDE. Acompanhando esta reunião pela primeira vez achei importante, pois podem ser abordados vários e importantes assuntos, o que às vezes em uma Assembléia não se tem condições de resolver as nossas reuniões são levantados problemas regionais, como o caso do Banco Regional, que era o assunto do vice-Presidente; o problema do BAMEINDUS. Enfim, pedindo que essas bancadas façam uma manifestação de apoio, junto às suas bancadas a nível federal. Assim como também resolver problemas do MERCOSUL, onde o tema importante foi o turismo da nossa região. Sabendo do grande potencial que existe em Mato Grosso do Sul.

Então, nesta questão do BRDE será feita uma manifestação entre as Bancadas, para que haja um retrocesso na decisão do Ministério da Fazenda, em relação a esta questão de privatizar o Banco Regional, que é o nosso banco e que deve continuar mantendo as mesmas linhas que vinha mantendo até o momento.

Quero dizer que foi uma reunião produtiva. Era isto Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra. (Declina)

Liderança do Governo. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

O SR. DUÍLIO GENARO - Queria registrar a presença do Prefeito da Nova Santa Rosa, Daniel B. e ainda o Prefeito de Cafelândia Sr. Romano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 476/96. Retirado pelo Autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/95 de autoria do Deputado Emerson Nerone que dispõe sobre o transporte gratuito dos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Substitutivo de Plenário, de nº 01, de autoria dos Senhores Deputados Emerson Nerone e Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Calto Quintana, Angelo Vanhoni e Irineu

Colombo, nos seguintes termos:

Curitiba, segunda, em 02.12.96

PROJETO DE LEI Nº 247/95
SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO DE Nº 01
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ART. 1º - Fica assegurado transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, mediante a apresentação de atestado médico e encaminhamento de entidades beneficentes cadastradas nos Conselhos Municipais de Assistência Social, atuantes na área de reabilitação.

Parágrafo Único - Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Art. 2º - As empresas que exploram, através de concessão, permissão ou autorização do Estado, o transporte coletivo intermunicipal no Estado do Paraná, ficam obrigadas a adaptar no mínimo 5% (cinco por cento) dos veículos das respectivas frotas atuais para uso de passageiros portadores de deficiência.

§ 1º - A partir do primeiro ano, contado da data da publicação desta lei, ficam empresas que exploram o transporte coletivo intermunicipal no Estado do Paraná, obrigadas a adaptar 5% (cinco por cento) dos veículos das respectivas frotas a cada ano, excluídos para efeito dessa contagem os ônibus adaptados no ano anterior.

§ 2º - Entende-se por adaptação toda alteração interna e externa ao veículo destinada a facilitar o acesso e a locomoção de pessoas portadoras de deficiência, especialmente a adequação das dimensões das portas para o acesso de usuários de cadeiras de rodas.

§ 3º - No final do segundo ano de vigência desta lei, todas as linhas de transporte coletivo intermunicipal contarão com pelo menos um ônibus.

§ 4º - As empresas que exploram o transporte coletivo rodoviário intermunicipal fornecerão tabelas indicando o horário de circulação dos veículos adaptados ao Conselho Municipal de Assistência Social e às associações representativas dos deficientes físicos de cada região.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I - portadores de deficiência física aqueles que apresentem qualquer redução ou ausência de membro ou função física;

II - portadores de deficiência nos órgãos sensoriais aqueles que apresentem deficiência visual ou deficiência auditiva;

III - portadores de deficiência mental aqueles que apresentem coeficiente intelectual (QI) abaixo da média.

§ 1º - A deficiência visual será classificada em:

I - cegueira, para aqueles que apresentem ausência total de visão ou acuidade visual não excedentes a 1/10 (um décimo) pelos optótipos de Snellen, no melhor olho, após correção ótica, ou aquele cujo campo visual seja menor ou igual a 20% (vinte por cento), no melhor olho, desde que sem auxílio de aparelhos que aumentem este campo visual;

II - ambliopia, para aqueles que apresentem deficiência de acuidade visual, de forma irreversível, considerando-se incapacitados aqueles cuja visão se situe entre 1/10 e 3/10 (um décimo e três décimo) pelos optótipos de Snellen, após correção.

§ 2º - A deficiência auditiva será classificada em:

I - surdez, para aqueles que apresentem ausência total de audição ou perda auditiva média igual ou superior a 80 db (oitenta decibéis), nas frequências de 500 (quinhentos), 1000 (mil), 2000 (dois mil) e 4000 (quatro mil) hz (Hertz);

II - baixa acuidade auditiva, para aqueles que apresentem perda auditiva média entre 30 db e 80 db (trinta

e oitenta decibéis), nas frequências 500 (quinhentos), 1000 (mil), 2000 (dois mil) e 4000 (quatro mil) hz (Hertz) ou em outras frequências, má discriminação vocálica (igual ou inferior a 30%) e conseqüente inadaptação ao uso de prótese auditiva, tomando-se como referência o ouvido melhor.

§ 3º - A deficiência mental será classificada em:

I - leve/educável, àqueles que apresentem, em teste formal para mensuração de coeficiente intelectual, resultados de QI entre 55 e 69;

II - moderado/treinável, àqueles que apresentem, em teste formal para mensuração de coeficiente intelectual, resultados de QI entre 40 e 54.

Art. 4º - Cessará o benefício previsto nesta lei quando a pessoa portadora de deficiência estiver reabilitada ou for interrompido o trabalho de reabilitação.

Art. 5º - O benefício de que trata esta lei não é extensivo aos acompanhantes da pessoa portadora de deficiência.

Art. 6º - Face ao que dispõe esta lei, a Secretaria de Estado dos Transportes ajuizará, nos contratos de concessão do serviço de transporte intermunicipal, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 7º - As empresas que exploram o transporte coletivo intermunicipal terão prazo de 180 (cento e oitenta dias), contado da data da publicação desta lei, para adaptar os ônibus das suas frotas na forma especificada no artigo 2º.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto neste artigo implica na rescisão, pelo Poder Executivo Estadual, do contrato de concessão do serviço público de transporte intermunicipal, bem como a imposição de multa a ser fixada na regulamentação desta lei.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta (60) dias, contado da publicação.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.96.

(aa) EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Caíto Quintana, Ângelo Vanhoni e Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA.

Este substitutivo tem por finalidade introduzir no Projeto de Lei nº 247/95 a exigência de adequação dos veículos que circulam no serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal.

Diversas entidades que congregam pessoas portadoras de deficiência reclamam que raramente os deficientes, sobretudo aqueles que usam cadeiras de rodas, conseguem se deslocar entre municípios de ônibus, posto que os carros que efetuam esse transporte não estão adaptados para receber esse tipo de passageiros.

É inaceitável que as pessoas portadoras de deficiência permaneçam até hoje privadas do acesso ao transporte coletivo rodoviário intermunicipal. Isto representa discriminação inaceitável e obstáculo que tolhe dessas pessoas direito fundamental de locomoção.

Não aceitamos a justificativa de empresas concessionárias do serviço de transporte coletivo intermunicipal de que a adaptação dos ônibus inviabilizaria a planilha de custos das mesmas, haja vista que nesse ramo de

serviços não há pequenas empresas, mas grandes empresas que praticamente trabalham em regime de monopólio.

Atualmente, as passagens de ônibus intermunicipais são extremamente caras. Quem pode viajar com veículo próprio sente essa diferença.

As razões de ordem econômica são mínimas diante das grandes barreiras que as pessoas portadoras de deficiência lutam para transportar buscando condições normais de locomoção.

→ O Projeto retorna para as Comissões.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que institui a obrigatoriedade do Plantio de Árvores Frutíferas Nativas nas faixas de domínio das rodovias estaduais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 90, de 18.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 261/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, visa instituir a obrigatoriedade do plantio de árvores frutíferas nativas nas faixas de domínio das rodovias estaduais.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 261/96.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação dos Juizes de Direito e Promotores da Infância e Juventude do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 154, de 24.10.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 476/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Juizes de Direito e Promotores da Infância e Juventude do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Epilepsia, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA

C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 164, de 05.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 488/96

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Epilepsia, com sede e foro nesta Capital.

A matéria atende ao disposto na Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer Favorável opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/96 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Doutor Sérgio Tarlé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 166, de 07.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 493/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Doutor Sérgio Fonseca Tarlé.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 092/96 que altera artigos das Leis nº 11.212, 11.214, 11.217 e 11.497, relativas aos projetos "Paraná 12 Meses", Saneamento Ambiental do Paraná, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná e Proteção da Floresta Atlântica do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167, de 11.11.96, mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 494/96

PARECER:

O projeto de lei em exame foi motivado pela constatação de equívoco na redação das Leis nºs 11.212, 11.214 e 11.217, todas de 07 de dezembro de 1996, que tratam, respectivamente, dos Projetos "Paraná 12 Meses", "Saneamento Ambiental do Paraná", "Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná" e "Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná".

O equívoco constatado é relativo à remissão do inciso IV do art. 167 da Constituição Estadual, quando deveria ter remetido ao § 4º do mesmo dispositivo que, este sim, autoriza o Estado a vincular receitas próprias para prestar garantia ou contragarantia à União.

Considerando que a matéria já foi devidamente

analisada por esta Comissão quando da tramitação dos respectivos projetos de lei, e que a alteração proposta não encontra qualquer óbice de natureza regimental, legal ou constitucional é favorável o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Juarez Martins Filho, com sede e foro no Município de Clevelândia, Estado do Paraná, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado. (Publ. no D.A. nº 169, de 13.11.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 498/96

PARECER

O projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Juarez Martins Filho, com sede e foro no Município de Clevelândia, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GEHALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Esportiva de Bandeirantes com sede e foro no Município de Bandeirantes, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado. (Publ. no D.A. nº 176, de 19.11.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 507/96

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Esportiva de Bandeirantes com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 1540 a 1544, de autoria do Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. Retirados pelo Autor.

Requerimentos nºs 1548 e 1549, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1585, de autoria do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. - Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Se-

nhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1603, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. - Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1642 a 1652, constantes do expediente - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1653, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1656, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1657, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1658 e 1659, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1660 e 1661, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1662, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1665 e 1666, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1667, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 476, 488, 493, 494, 498 e 507/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 130 e 425/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO. NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BETO RICH, EM SESSÃO DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1996.

MANUAL DE "PAÍS AMIGO" ORIENTOU TORTURA

Documento do Regime Militar encontrado no Arquivo Público do Estado detalha como interrogar prisioneiros Políticos.

Jornal Folha de Londrina

ENTRA TRANSCRIÇÃO PÁGINA 86 A 92

Marcelo Oliveira
Especial para a Folha
De Curitiba

Um manual para interrogatório de preso político, com 53 páginas, produzi-lo por um país estrangeiro, serviu para orientar as autoridades militares e policiais do país durante o regime militar. Desse modo, em uma pasta dos órgãos de segurança do Paraná, depositada no Arquivo Público do Estado, ele revela que a transferência de conhecimentos sobre métodos de interrogatório, com a possibilidade de tortura do prisioneiro, aconteceu por acordo de cooperação com o governo brasileiro.

Este documento faz referências com ma-

Evitar a violência, mas usá-la se for necessário

Em suas 53 páginas, o manual faz referências à Convenção de Genebra, discorrendo sobre a necessidade de seguir suas prescrições quanto ao emprego da violência nos interrogatórios. Entretanto, no plano operacional, considera o emprego da violência nos interrogatórios uma opção a ser adotada pelo governo ou autoridades, de acordo com o uso que fará das informações obtidas.

O manual lembra que as informações obtidas em interrogatório não terão validade nos tribunais se houver evidências de que foram obtidas por coação. Ressalta, no entanto, que o procedimento legal "retardará e pode inibir o sucesso do interrogatório". Recomendando então que o governo decida que prioridade será dada à utilização dos prisioneiros - se dirigida à prática judicial ou se voltada para

interiormente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência".

O manual de interrogatório, que também oito capítulos e cinco itens de anexos, dedica mais sete páginas a instruções sobre os procedimentos com prisioneiros, que incluem ser desde integrantes de organizações estudantis até grupos terroristas ou paramilitares. Trata da seleção para interrogatório, sua preparação, a preparação do interrogatório, a preparação do ambiente de interrogatório e os métodos a serem utilizados.

Segundo o manual, a partir da prisão deve-se adquirir ascendência imediata sobre o prisioneiro, com demonstrações de firmeza, eficiência e organização. O interrogatório não deve contrariar o que o governo decida que prioridade será dada à utilização dos prisioneiros - se dirigida à prática judicial ou se voltada para

nais americanos, divulgados no dia 20 de setembro pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em Washington. Utilizados na Escola das Américas, para treinamento de militares latino-americanos, recomendam o uso de métodos violentos contra "insurgentes". Produzidos pelo Pentágono, serviram para treinar 60 mil militares latino-americanos, de 1946 a 1984, na escola que era baseada no Panamá. A Escola das Américas funciona hoje em Forte Benning, na Geórgia.

Com duas capas e datado de 1971, o manual brasileiro foi distribuído pelo Centro de Infor-

mações - CIE - do Ministério do Exército, em caráter confidencial, com a informação, na segunda capa, de que se tratava de "uma tradução adaptada de documentação sigilosa de país amigo". Uma advertência determina que, "em consequência e por acordo entre governos, o seu manuseio deve respeitar as prescrições do RSAS - regulamento que salvaguarda o sigilo de documentos oficiais - no tocante à classificação sigilosa recebida". Proíbe cópias e traz ainda, no alto à direita, o número 279, que identifica o exemplar.

Até hoje, em nenhum momento, qualquer autoridade federal, civil ou militar, admitiu a parti-

Manual foi distribuído pelo Centro de Informações do Exército

Documento revela estrutura dos "porões" do poder

O manual de interrogatório de preso político traz em seus anexos três programas, que mostram diferentes tipos de organização dos serviços de interrogatório. O anexo número 1, destinado a interrogatório em operações militares, nele está prescrito que o questionário inicial ou técnico deve ser realizado pelas unidades. O interrogatório primário, por interrogatórios do nível de Brigada. O interrogatório secundário, por interrogatórios especializados do Escalão Superior, identificados pelo sigla USI-FA. O interrogatório detalhado deve ser realizado pela reatuação e os não selecionados devem permanecer no campo de prisioneiros para interrogatórios posteriores.

O anexo número dois mostra a organização de uma unidade do serviço de interrogatório das FFAA (USI-FA). Sob um comando, funcionam quatro seções. De apoio de informações, encarregada de controle dos "briefings", dos registros e documentos. De controle de prisioneiros, com recepção e deslocamentos. De secretaria administrativa, que cui-

da da guarda, disciplina, segurança, documentação, médico, transportes, alimentação e transporte. E de interrogatório, com equipes de interrogatório e duas subseções: a de monitores, que faz o m. n. de equi. a. m. e a de monitoração e a técnica, que realiza a instalação e manutenção dos equipamentos técnicos.

O anexo número três trata das fases do interrogatório em operações de segurança interna. Nele mostra-se que as prisões podem ocorrer de três maneiras. Pela polícia ou unidades de PE, que realiza o interrogatório tático no campo. Por equipes de operações especiais, que fazem o interrogatório nas instalações avançadas dos Grupos de Operações Especiais.

Os por equipes de contra-inteligência, que fazem o interrogatório nas instalações da polícia. Nas três alternativas o prisioneiro poderá ser liberado após este estágio ou ficar detido aguardando processo criminal. Os prisioneiros também poderão ser enviados a um Centro de Interrogatório, que inclui interrogadores militares (M.O.)

A partir da prisão deve-se adquirir ascendência imediata sobre o prisioneiro

"os interesses das informações". Isso significa que fica a critério da autoridade decidir dar tratamento diferente do legal, de acordo com a finalidade desejada. Prescreve que prisioneiros devem ser tratados com humanidade, mas observa textualmente que "sob condições de emergência, ou próximo a elas, o governo pode modificar estes critérios e adotar uma legislação diferente para o tratamento de prisioneiros".

O guia prático começa a partir do capítulo cinco. Lembra que o interrogatório é uma arte e não uma ciência, começando como um conflito, mas podendo terminar como uma associação, se bem sucedido. O objetivo é dominar o interrogado, estabelecendo uma tal ascendência sobre ele que o torne um cooperador submisso. Ressalta que uma instância de interrogadores não é um Tribunal de Justiça com o objetivo de fornecer dados para a Justiça Criminal montar um processo. Afirma que "seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, frequentemente

cionamente. Prisioneiros devem ser rapidamente isolados. A revisão deve ser detalhada e metódica. Preso não identificado deve ser numerado com tinta. Não deve ter permissão para fumar, deve receber o mínimo de água e alimentos, apenas o suficiente para conservar o num. razoável estado de saúde. Guardas devem ser prevenidos para não sentirem piedade. Deve-se lembrá-los constantemente de que o prisioneiro, em outra circunstância, poderia, "prazerosamente", enfiar-lhe uma faca nas costas.

Para saber quem falará mais rápido, recomenda o manual, deve-se observar qualquer fraqueza de caráter, como medo, hábitos nervosos ou, inversamente, excesso de confiança. Estes traços podem ser usados com vantagem pelo interrogador, de acordo com ele. Qualquer informação sobre o passado dos prisioneiros pode ser usada para jogar um contra o outro, utilizando-se de ardias, como a leitu- ra, correta ou incorreta, de depoimentos, obtendo-se cooperação de um ou de outro. (M.O.)

